



Makulu: as ausências e presenças das literaturas afro-pindorâmicas em bibliotecas brasileiras

Bárbara França Barcellos¹

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

bbarcellos@academico.ufs.br

Eva Dayane Jesus dos Santos²

Universidade do Recôncavo da Bahia, Brasil

eva@ufrb.edu.br

Resumo: No Brasil não podemos falar apenas da cultura letrada e dos registros letrados para os estudos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois se o fizermos estaremos contribuindo para a negação de outras formas de existência, de epistemologias, as das oralidades. Mas, negar as inforvivências (Santos, 2022) dos povos afro-pindorâmicos (Santos, 2015), tem sido utilizado constantemente como forma de controlar o conhecimento e evitar sua validade na disseminação dos saberes ancestrais. A prática do controle da produção e disseminação do saber, que geralmente evidenciam a cultura anglo-eurocêntrica e ocultam outras culturas e grupos étnicos, é nomeada por epistemicídio. Ela tem colaborado historicamente para a desvalorização das culturas não hegemônicas dentro e fora de espaços acadêmicos, na sociedade, pois é colocado sempre em evidência o conhecimento produzido por culturas anglo-europeias. Temos ciência, que historicamente as bibliotecas brasileiras são representações da história do ponto de vista do colonizador. No entanto, sabemos também que muitas e muitos antes de nós construíram caminhos para que pudéssemos chegar na atualidade a esse debate. Logo, devemos nos perguntar: Qual conhecimento tem feito parte das agendas e currículos oficiais? E quais conhecimentos não fazem parte de tais currículos? A quem pertence esses conhecimentos? Quem é reconhecido(a) como alguém que tem conhecimento? E quem não é? Que impactos isso gera na vida das pessoas, seja no individual ou no coletivo? Quais conhecimentos e autores entram e fazem parte das referências nas bibliotecas escolares, universitárias, públicas ou especializadas? Quem decide sobre elas? E nós, pessoas bibliotecárias, o que temos feito na prática para além da teoria, para informar e transformar tais realidades que afetam todos os corpos? O objetivo deste trabalho é problematizar os referenciais bibliográficos em acervos de bibliotecas, mas ao mesmo tempo contribuir para a visibilidade das bibliotecas vivas circulantes em nossos acervos. Os objetivos específicos são fomentar as discussões a respeito dos acervos afro-

¹Mulher Negra. Atualmente é Bibliotecária Chefe da Universidade Federal de Sergipe - Campus Lagarto. Mestra em Ciência da Informação pela UFS. email: bbarcellos@academico.ufs.br.

² Mulher pindorâmica-afro, herdeira das heranças ancestrais dos povos Tupinambá, Kariri e banto, filha de Dona Maria Lúcia e do Povoado Terreirão, Muniz Ferreira, Bahia. Atualmente é bibliotecária no Centro de Ciências da Saúde na Universidade do Recôncavo da Bahia. Mestra em Ciência da Informação pela UFBA. email: eva@ufrb.edu.br.



pindorâmicos e disseminar os referenciais afro-pindorâmicos nas bibliotecas. Utilizamos como metodologia a Sankofa, pois é preciso voltar e pegar no passado nossa base para construir novos caminhos no presente. Concluimos que as pessoas bibliotecárias têm uma série de entraves na autonomia para a construção de bibliotecas antirracistas, que recaem na estrutura política de cada instituição onde a biblioteca está inserida. Nas bibliotecas universitárias, a composição do acervo está vinculada basicamente a duas formas de aquisição: compra ou doação. Nas bibliotecas universitárias a compra geralmente está associada ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e as escolhas bibliográficas são feitas pelos docentes dos cursos acadêmicos. Notamos que, massivamente, as escolhas são as referências anglo-europeias em todas as áreas do conhecimento. Acreditamos que uma forma de contribuir para a formação de acervos antirracistas, seja utilizar estratégias pedagógicas (Petit, 2015), criativas e inovadoras, tomando como ponto de partida as inforvivências afro-pindorâmicas positivas que cada pessoa carrega consigo. No entanto, vale mencionar que para a construção de uma consciência crítica é necessário desconstruir a ideia da democracia racial, entendo que o Brasil é um país intercultural, com a contribuição de muitos povos e culturas diferentes, mas que apesar disso, não são os povos afro-pindorâmicos que estão nos acervos. Eles precisam estar nas referências, nos currículos e bibliotecas, pois nossos corpos, que são bibliotecas vivas, já estão! O letramento racial deve ser parte integrante das políticas institucionais para a construção e consolidação de bibliotecas antirracistas.

Palavras-chaves: Bibliotecas afro-pindorâmicas; letramento racial - bibliotecas; inforvivência; biblioteca viva.

Makulu: las ausencias y presencias de la literatura afropindorámica en las bibliotecas brasileñas

Resumen: En Brasil no podemos hablar sólo de cultura alfabetizada y de registros alfabetizados para los estudios de Biblioteconomía y Documentación, porque si lo hacemos estaremos contribuyendo a la negación de otras formas de existencia, las de la oralidad. Sin embargo, negar las desventajas (Santos, 2022) de los pueblos afropindorámicos ha sido utilizado constantemente como una forma de controlar el conocimiento y evitar su validez en la difusión de conocimientos ancestrales. La práctica de controlar la producción y difusión del conocimiento, que generalmente resalta la cultura angloeurocéntrica y oculta otras culturas y grupos étnicos, se denomina epistemicidio. Históricamente ha contribuido a la devaluación de las culturas no hegemónicas dentro y fuera de los espacios académicos, en la sociedad, pues siempre se resalta el conocimiento producido por las culturas anglo europeas. Somos conscientes de que las bibliotecas históricamente brasileñas son representaciones de la historia desde el punto de vista del colonizador. Sin embargo, también sabemos que muchas, muchas personas antes que nosotros construyeron caminos para que pudiéramos llegar a este debate hoy. Por tanto, debemos preguntarnos: ¿Qué conocimientos han formado parte de las agendas y currículos oficiales? ¿Y qué conocimientos no forman parte de esos planes de estudio? ¿A quién pertenece este conocimiento? ¿A quién se le reconoce como alguien que tiene conocimiento?



¿Y quién no? ¿Qué impactos tiene esto en la vida de las personas, ya sea individual o colectivamente? ¿Qué conocimientos y autores entran y forman parte de los referentes en las bibliotecas escolares, universitarias, públicas o especializadas? ¿Quién decide sobre ellos? Y nosotros, bibliotecarios, ¿qué hemos hecho en la práctica, más allá de la teoría, para informar y transformar esas realidades que afectan a todos los cuerpos? El objetivo de este trabajo es problematizar las referencias bibliográficas en los fondos bibliotecarios, pero al mismo tiempo contribuir a la visibilidad de las bibliotecas vivas que circulan en nuestras colecciones. Los objetivos específicos son fomentar el debate sobre las colecciones afropindorámicas (Bispo, 2023) y difundir referencias afropindorámicas en las bibliotecas. Utilizamos Sankofa como metodología, ya que es necesario volver atrás y tomar bases del pasado para construir nuevos caminos en el presente. Concluimos que los bibliotecarios enfrentan una serie de obstáculos a su autonomía en la construcción de bibliotecas antirracistas, que caen dentro de la estructura política de cada institución donde se ubica la biblioteca. En las bibliotecas universitarias la composición de la colección está básicamente ligada a dos formas de adquisición: compra o donación. En las bibliotecas universitarias, la compra generalmente está asociada con el Proyecto Pedagógico del Curso (PPC), y la elección bibliográfica la realizan los profesores del curso académico. Constatamos que, masivamente, las opciones son referentes angloeuropes en todos los ámbitos del conocimiento. Creemos que una forma de contribuir a la formación de colecciones antirracistas es utilizar estrategias pretagógicas (Petit, 2015), creativas e innovadoras, tomando como punto de partida las experiencias afropindorámicas positivas que cada persona lleva consigo. Sin embargo, cabe mencionar que para construir una conciencia crítica es necesario deconstruir la idea de democracia racial, entiendo que Brasil es un país intercultural, con el aporte de muchos pueblos y culturas diferentes, pero a pesar de eso, No son las personas afro-pindorámicas las que están en las colecciones. Necesitan estar en referencias, en currículos y bibliotecas, porque nuestros cuerpos, que son bibliotecas vivas, ¡ya lo son! La alfabetización racial debe ser parte integral de las políticas institucionales para la construcción y consolidación de bibliotecas antirracistas.

Palabras clave: Bibliotecas afro pindorámicas; alfabetización racial - bibliotecas; información; biblioteca viviente.



Introdução

O Brasil é um país diverso, com muitos povos, línguas e culturas. Logo, podemos inferir que é um país possuidor de muitas ciências e epistemologias. Dessa forma, não podemos limitar os estudos sobre o povo brasileiro, apenas a cultura letrada e dos registros letrados para os estudos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois se o fizermos estaremos contribuindo para a negação de outras formas de existência e de registro da informação, as da oralidades. As inforvivências (Santos, 2022) construídas e concebidas pelos povos afro-pindorâmicos (Bispo, 2015), tem sido utilizado constantemente como forma de transmissão de conhecimentos ancestrais.

Ao longo do texto optamos por utilizar a expressão afro-pindorâmica, para nos referirmos ao território brasileiro, como território também afro, e indígena. Essa expressão é dita inicialmente por Nego Bispo. Pindorama, é o nome tupy dado ao Brasil pelos indígenas da terra, antes da colonização, conforme explica Angatu (2021, p. 15), é “conhecido por muitos de nós Indígenas como Pindorama.”. Pindorama também é “a Terra das Palmeiras. Porém, Pindorama virou sinônimo de “Terra sem males” por possuir, além das Palmeiras, uma mata fértil, solo fecundo, águas em abundância, bichos de todos os tipos e repleta de seres não humanos encantadas/encantados. (Angatu, 2021, p. 15)

Entendemos o ato de escrever como um ato também político, logo a escolha das palavras e conceitos precisam expressar o que desejamos. A prática do controle da produção e disseminação do saber, que geralmente evidenciam a cultura anglo-eurocêntrica e ocultam outras culturas e grupos étnicos, é nomeada por epistemicídio (Kilomba, 2019). Ela tem colaborado historicamente para a invisibilidade e desvalorização das culturas não hegemônicas dentro e fora de espaços acadêmicos, na sociedade, pois é colocado sempre em evidência o conhecimento produzido por culturas anglo-europeias. Temos ciência, que historicamente as bibliotecas brasileiras são representações da história do ponto de vista do colonizador. No entanto, sabemos também que muitas e muitos antes de nós construíram caminhos para que pudéssemos chegar na atualidade a esse debate.

Logo, devemos nos perguntar: Qual conhecimento tem feito parte das agendas e currículos oficiais? E quais conhecimentos não fazem parte de tais currículos? A quem pertence esses conhecimentos? Quem é reconhecido(a) como alguém que tem conhecimento? E quem não é? Que impactos isso gera na vida das pessoas, seja no individual ou no coletivo? Quais conhecimentos e autores entram e fazem parte das referências nas bibliotecas escolares, universitárias, públicas ou especializadas? Quem decide sobre elas? E nós, pessoas bibliotecárias, o que temos feito na prática para além da teoria, para informar e transformar tais realidades que afetam todos os corpos?

O objetivo deste trabalho é problematizar os referenciais bibliográficos em acervos de bibliotecas, mas ao mesmo tempo contribuir para a visibilidade das bibliotecas vivas circulantes em nossos acervos, além de provocar a reflexão e ação para que sejam construídas estratégias para inserção dos acervos afro-pindorâmicos nas bibliotecas. Os objetivos específicos são fomentar as discussões a respeito dos acervos afro-pindorâmicos e disseminar os referenciais afro-pindorâmicos nas bibliotecas. Utilizamos como metodologia a Sankofa, pois é preciso voltar e pegar no passado nossa base para construir novos caminhos no presente.



Devemos salientar, que na nossa escrita, demarcamos um posicionamento e um lugar de fala a partir das nossas inforvências afro-pindorâmicas erguidas na memória constituída em comunidades afro-pindorâmicas. São essas bases que se materializam nas nossas escrevivências (Evaristo, 2020) acadêmicas, científicas e profissionais.

Letramento racial: caminhos para entender a literatura afro-pindorâmica

Durante nossa trajetória pessoal, acadêmica e profissional, constatamos que a forma mais eficaz de avançar no discurso a respeito do racismo perpassa pelo letramento racial. Para que isso aconteça é preciso que se tenha ações dentro da formação de pessoas bibliotecárias e também de ações para formação continuada. Logo, ao realizar o movimento sankofa, que significa “Voltar e pegar” (Nascimento, 2021), certamente iremos espelhar as histórias de uma diversidade étnica no Brasil.

Compreender o letramento racial perpassa por conhecer e referenciar quem veio antes de nós, logo se faz necessário revisitar as reflexões das lãs Gónzalez (2020) e Nascimento (1982) sobre a condição da pessoa negra dentro do território brasileiro e da sociedade brasileira. É preciso compreender territórios para não generalizar, nem desrespeitar culturas e povos. É preciso compreender territórios para não dizer que todo quilombo, comunidade indígena ou comunidades tradicionais são iguais, porque, apesar de apresentarem semelhanças, não são iguais. Mas o que é salutar dizer, é que povos constituíram territórios e esses territórios constituíram e constituem pessoas que constroem suas narrativas e histórias que são coletivas.

Em Por um feminismo afro latino americano, podemos acessar uma coletânea de textos publicados por Lélia Gonzalez, no qual a autora se debruçou a analisar a condição negra dentro da sociedade brasileira, refletindo inúmeras questões que afetam diretamente corpos negros. Os textos da autora são didáticos e de fácil entendimento até mesmo para os iniciados na temática etnico-racial. Mas antes de Lélia, muitas outras mulheres negras e indígenas, bem como homens negros e indígenas, lutaram para existir enquanto pessoas, povos e culturas. Somos todas e todos continuidades de experiências territoriais diversas, que a narrativa oficial se ocupou e ainda se ocupa em criar e/ou reforçar estereótipos e negatividades para deslegitimar a continuidade dos ancestrais.

Quando Lélia traz a questão do desemprego, dos subempregos destinados às pessoas negras ela está denunciando que é faz parte de um projeto político subjugar a juventude negra e lançá-la à própria sorte. Precisamos pensar em estratégias para subverter essa pedagogia perversa que fada nossa juventude periférica a situações tão dramáticas e violentas. Como diz o saudoso Nego Bispo, temos uma missão e é preciso “preencher a língua portuguesa com palavras potentes”, em que “A favela adestre a língua e a enfeitice”. Para além disso, é preciso viver a Sankofa para recriar o presente. Onde encontrar nossas referências?

Makulu

Antes de visitar bibliotecas tais como a conhecemos na cultura Ocidental, nossa primeira experiência com a leitura se faz nas oralidades sobre nossos territórios, seja ele afetivo no seio familiar ou comunitário, ou seja, nas informações que vamos coletando e criando memórias que se



materializam nas inforvivências. São informações cuja utilidade são para lembrar acontecimentos, ou para solucionar questões relacionadas ao viver. Logo, aprenderemos com as pessoas mais velhas de nossas famílias/comunidades histórias, músicas, danças, culinárias, crenças, costumes, técnicas e processos (Giroy, 2001; Machado, 2017 e Martins, 2003, 2007).

Também aprendemos com a natureza, que não se dissocia do ser humano, pois é entendido a simbiose existente entre corpo-natureza, portanto esse corpo-natureza também é nós. Para muitas famílias negras ou indígenas no Brasil, a iniciação ritualística com a materialidade nos livros só irá acontecer, quando acontece, na escola. No entanto, não podemos dizer com isso que não temos acesso a bibliotecas, quando temos dentro de nosso seio familiar/comunitário as bibliotecas vivas (Hampaté Bâ, 2010; Kopenawa, Albert, 2015), e a natureza, cuja “A memória é, ao mesmo tempo, passado e presente, que se encontram para atualizar os repertórios e possibilitar novos sentidos, perpetuados em novos rituais, que, por sua vez, abrigarão elementos novos num circular movimento repetido à exaustão ao longo da história.” Munduruku (2011).

De onde vem makulu? Makulu é uma palavra africana banto, retomada por Juliana Monique de Souza de Araújo (2021) na dissertação UJAMAA: educação afrocentrada de economia coletiva no Cabula. A palavra quer dizer biblioteca. A biblioteca no sentido banto pode ser entendida como formada por diferentes corpos, como a floresta, os animais, os rios, os mares, os morros, as montanhas ou as pessoas. Ou seja, a biblioteca tem um sentido de ser corpo-natureza, pois ela se relaciona simbioticamente com todos os corpos/matéria. Logo, “A visão dos Bantu nos leva a compreender que adentrar as matas é um ritual sagrado, é andar sobre os passos dos ancestrais e ouvir as forças míticas dessa ancestralidade, é tirar o sopro de vida, é visitar o - makulu - biblioteca, onde tudo é possível encontrar.” (Araújo, 2021, p.53).

Através de um conhecimento ancestral vivo, que é apreendido por pessoas e também natureza, e se tornam continuidade, que são transmitidas entre pessoas na vida familiar/comunitária, criamos memórias ou reativamos memórias ancestrais. Assim, é “pelos sons das palavras dos avôs”, cuja “a fala, a palavra, a oralidade” são instrumentos de transmissão da tradição, “obrigando as novas gerações a exercitarem a memória, guardiã das histórias vividas e criadas.” Munduruku (2011).

Quando fazemos a provocação “bibliotecas afro-pindorâmicas” desejamos com isso questionar, onde estão, para além dos territórios indígenas ou negros, as referências bibliográficas materializadas nos livros. Apesar da quase maioria da Lei 10.639/2003, ainda são ausentes referências indígenas e negras nas bibliotecas sejam elas públicas, escolares ou universitárias. Vale salientar, que a referida lei, bem como a Lei 11.645/2008, são frutos de lutas políticas negras e indígenas, como bem contextualiza Dorrico (2019), “O contexto histórico revela que a manifestação literária indígena é decorrente das lutas do Movimento Indígena Brasileiro.”

O movimento político organizado que foi constituído nas décadas de 1970-1980 por lideranças e intelectuais indígenas, contribuiu para o capítulo Dos Índios na Constituição Federal de 1988. Após esse momento, outros direitos foram sendo conquistados, tal como a instituição da educação para crianças indígenas amparadas nas legislações que garantem esse direito; a Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino das culturas afro-indígenas nas disciplinas de História, Literatura e Artes da rede



básica. Para Dorrico (2019), “Estes desdobramentos intensificaram a procura por autores e trabalhos indígenas, impulsionando, assim, um mercado editorial em favor desses povos e sujeitos.” (Dorrico, 2019, p. 244).

É possível viabilizar presenças afro-pindorâmicas nas bibliotecas?

Enquanto pessoas bibliotecárias devemos fazer o exercício de olhar para os acervos das bibliotecas e nos questionar sobre quais obras e autorias os compõem. Temos ausências afro-pindorâmicas? Temos presenças afro-pindorâmicas?

As ausências

Se é verdade que existem ausências, como identificá-las? Devemos nos perguntar: Ao adentrar uma biblioteca e utilizarmos o catálogo dela, seria de fácil acesso localizar títulos com autorias negras ou indígenas? Certamente, encontraremos poucos títulos referentes aos negros e é muito provável que não encontraremos títulos de autorias indígenas. Por quê?

Responder a essa pergunta remete um mergulho na história a respeito das políticas públicas empregadas no Brasil para essas representações da diversidade cultural brasileira. Durante mais de 400 anos foi negado acesso à educação, a livros, bibliotecas e quaisquer outros direitos básicos. Esses direitos passam a ser conquistados, através de muita luta, a partir da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal - CF de 1988. Após esse momento, alguns direitos passaram a fazer parte da vida desses grupos, no entanto de maneira precária.

Essa regra foge, quando se constituem acervos especializados voltados exclusivamente para a temática, e ainda assim, é preciso ter cuidado e atenção, pois nem sempre esses acervos são produzidos por pensadores negros ou indígenas, mas por pessoas estudiosas sobre os corpos e as culturas negras ou indígenas.

Há ausências? Sim, há muitas ausências, uma ausência histórica muitas vezes denunciadas pelas escritoras, pesquisadoras e escritores e pesquisadores negros e negros ou indígenas. Nas bibliotecas universitárias e escolares as questões estão em muitos âmbitos: política institucional, currículos, corpo docente preparado e consciente para implementar tais referências nas ementas curriculares, são alguns dos exemplos. Nas bibliotecas públicas nos deparamos a outras questões, tal como uma política pública sólida que dê conta de fomentar toda a cadeia produtiva do livro e oportunize a escritoras negras, negros e indígenas não só a publicação, mas principalmente a distribuição e compra desses para que chegue até estas bibliotecas. Nas práticas profissionais nos deparamos com a reprodução do racismo nas descrições de um material bibliográfico ou por desconhecimento das emergências sociais, como são as representações das autorias indígenas abordadas por Franca (2016, 2019).

Certamente as pessoas bibliotecárias têm uma série de entraves na autonomia para a construção de bibliotecas antirracistas, que recaem na estrutura política de cada instituição onde a biblioteca está inserida. Mas também há atitudes que podem ser tomadas a nível de orientações técnicas, como pensar a descrição e a representação. Nas bibliotecas universitárias onde trabalhamos,



a composição dos acervos estão vinculadas basicamente a duas formas de aquisição: compra ou doação. Nas bibliotecas universitárias a compra geralmente está associada ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e as escolhas bibliográficas são feitas pelos docentes dos cursos acadêmicos. Notamos que, massivamente, as escolhas são as referências anglo-europeias em todas as áreas do conhecimento. No quesito descrição e representação, são necessários revisão de termos descritivos, bem como criar outros que atendam as demandas sociais.

Acreditamos que uma forma de contribuir para a formação de acervos antirracistas, seja utilizar estratégias pedagógicas (Petit, 2015), criativas e inovadoras, tomando como ponto de partida as infâncias afro-pindorâmicas positivas, que cada pessoa carrega consigo. No entanto, vale mencionar que para a construção de uma consciência crítica é necessário desconstruir a ideia da democracia racial. Entendemos que o Brasil é um país intercultural, com a contribuição de muitos povos e culturas diferentes, mas que apesar disso, não são os povos afro-pindorâmicos que estão nos acervos. Eles precisam estar nas referências, nos currículos e bibliotecas, pois nossos corpos, que são bibliotecas vivas, já estão! O letramento racial deve ser parte integrante das políticas institucionais para a construção e consolidação de bibliotecas antirracistas.

E quando há presenças, há cheganças nas infância e juventude negras e indígenas?

As presenças

Quanto as presenças, devemos dizer, que enquanto bibliotecas vivas, corpos negros e indígenas se fazem presentes em todos os lugares. Mas se faz necessário também mudanças estruturais que devem permear por todas as estruturas institucionais para que acervos sejam constituídos e representados de maneira que possibilite as pessoas, sejam elas negras ou indígenas, pleno acesso ao conhecimento diverso, que lhe façam e construam em si sentidos. Dessa forma, se autoquestionar sobre sua origem, buscando compreender em si, fragmentos de uma memória coletiva nacional, é mais do que necessário para pensar em políticas públicas que dê conta de uma multiplicidade de possibilidades que promovam a equidade racial dentro da sociedade brasileira. Sabemos o quanto desafiador é modificar uma estrutura que dura mais de 500 anos, mas é necessário ser utópico para que mudanças aconteçam, sem esquecer da ação que modifica estruturas.

Acreditamos que nem sempre as presenças serão notadas, pois ainda é recente a autoafirmação da população brasileira quanto a suas identidades negras e/ou indígenas. Embora a luta seja histórica, ainda existe um grande desconhecimento na sociedade brasileira a respeito de sua diversidade étnico-racial. Esse desconhecimento, reforça a reprodução do racismo e oculta a nossa história, que é ancestral.

Na prática, para se ter acervos negros e indígenas é importante ter garantia de recursos e não só recursos, mas políticas que fomentem a formação desses acervos nas bibliotecas.

Considerações

Acreditamos que a forma mais eficaz para avançar nas discussões e mudar posturas profissionais, além de reparar os danos causados até hoje as populações étnico-raciais no Brasil, seja



pela Sankofa. A sankofa nos faz espionar para os traços e fragmentos afro-pindorâmicos dentro de família e comunidades que permeiam por toda a sociedade brasileira, em quase todos os territórios, seja por quem vive as culturas afro-pindorâmicas ou por quem as explorou como mão de obra.

Consideramos que as pessoas bibliotecárias têm uma série de entraves na autonomia para a construção de bibliotecas antirracistas, que recaem na estrutura política de cada instituição onde a biblioteca está inserida. Nas bibliotecas universitárias, é necessário movimentos organizados coletivos para mudanças estruturais nos currículos, nas ementas para que chegue até os acervos as referências. Nas bibliotecas públicas e escolares a situação é ainda mais crítica, pois é insignificante os poucos recursos destinados à atualização de acervo, além disso não existem recursos assegurados para esse devido fim. Nas práticas profissionais é preciso investimento na formação continuada atendida às mudanças sociais para produzir modelos técnicos que respondam às demandas sociais de forma mais adequada e representativa, respeitando toda diversidade brasileira.

Acreditamos, através dos estudos, experimentos em oficinas e mini-cursos que o nós e outros coletivos negros tem realizado, que a Sankofa é uma metodologia eficaz, pois ela aciona as memórias ancestrais para compreender e encontrar soluções na luta antirracista. Sejam todos antirracistas!

Referências

Angatu, C. (2021). Tupixuara Moingobé Ñerana: autodeclaração indígena como retomada da indianidade e territórios. *Revista Espaço Acadêmico*, 231. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60509/751375152906>

Araújo, J. M. S. (2021). *UJAMAA: educação afrocentrada de economia coletiva no Cabula*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado da Bahia]. Saber Aberto. <http://www.saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/4522>.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Dorrigo, J. (2019). A estrutura do homem integrado à natureza como princípio da literatura indígena brasileira contemporânea. *Espaço Ameríndio (UFRGS)*, 13, p. 242-267. SEER UFRG. <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/93400/55531>.

Franca, A. S. (2016). Do cocar ao catálogo: a representação bibliográfica da autoria indígena no Brasil. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro]. OASIS. https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_a27e5633b35ad50c9d271d67f8f31ef6.

Franca, A. S. (2019, julho). Narrativas do povo: o conhecimento tradicional registrado sob a autoria indígena coletiva. [Apresentação de trabalho]. In. 3º Congresso Internacional Povos Indígenas Da América Latina – CIPIAL. Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal. Congresso Povos Indígenas. <http://www.congressopovosindigenas.net/>.

Gilroy, P. (2001). *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Ed. 34.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminino afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.



Hampaté Bâ, A. (2010). A tradição viva. In. Ki-Zerbo, J. (Ed.). *História geral da África, I: metodologia e pré-história da África*. (2th. ed., Cap. 8, pp. 167-212). UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249.locale=en>.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

Kopenawa, D.; Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. Companhia das Letras.

Machado, V. (2017). *A pele da cor da noite*. (2th. ed.). EDUFBA.

Martins, L. (2007). A fina lâmina da palavra. *O eixo e a roda*, 15, p. 55-84. http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3262.

Martins, L. (2003). Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*, 26, p. 63-81. <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881/7308>.

Munduruku, D. (2011). Escrita indígena: registro, oralidade e literatura. *Revista Emília, Literatura e crítica*. <https://emilia.org.br/escrita-indigena-registro-oralidade-e-literatura/>.

Nascimento, B. (2006). *Por uma história do homem negro*. In. RATTIS, A. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, p. 93-98. <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>.

Nascimento, E. L. (2008). *A matriz africana no mundo*. Selo Negro. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; Vol.1). Wordpress. <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/a-matriz-africana-no-mundo-colec3a7c3a3o-Sankofa.pdf>.

Nascimento, E. L.; Gá, L. C. (2021). *Andikra: sabedoria em símbolos africanos*. Cobogó.

Petit, S. H. (2015). *Pretagogia: pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e tradição oral africana na formação de professores e professoras, contribuições do legado africano para a implementação da Lei no. 10.639/03*. (1th.) Ed. UECE. Wordpress. <https://negrecombr.files.wordpress.com/2018/10/pretagogia-sandra-petit.pdf>.

Santos, A. B. (2015). *Colonização, quilombos: modos significados*. INICT. http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf

Santos, E. D. J. (2022). *Maniho'k: Informação e memória da Casa de Farinha do Povoado Terreirão, Muniz Ferreira, Bahia*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36846>.

